

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.408 - ES (2019/0205055-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : W U DA S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso próprio, impetrado em favor de **W. U. DA S.**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Consta dos autos que o Juízo singular julgou improcedente a representação ofertada pelo Ministério Público e absolveu o adolescente quanto à prática do ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 33, *caput* e art. 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ, fls. 6-7).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs apelação perante o Tribunal de origem. A Primeira Câmara Criminal do TJES, em decisão unânime, deu provimento ao recurso (e-STJ, fls. 16-21).

Eis a ementa:

"APELAÇÃO CRIMINAL - ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONDENAÇÃO - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE - POSSIBILIDADE - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - ADEQUADA - RECURSO PROVIDO. 1. O conjunto probatório mostrou-se sólido o bastante para embasar uma condenação. 2. Conforme determina o art. 117 da Lei 8069/90, a prestação de serviços à comunidade revela-se suficiente ao adolescente, que não possui histórico e conduta violenta. Recurso Provido." (e-STJ, fl. 16).

Neste *writ*, sustenta a defesa constrangimento ilegal imposto ao paciente, pela flagrante ilegalidade da decisão impugnada, consubstanciada no reconhecimento da autoria delitiva ante a insuficiência de provas (e-STJ, fls. 3-5).

Requer a concessão da ordem "anulando-se o acórdão ora impugnado para restabelecer a sentença do MM Juiz de Direito que recusou recebimento da denúncia" (e-STJ, fl. 5).

Sem pedido liminar (e-STJ, fl. 35).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, se conhecido, pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 61-63).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Está inscrito no acórdão impugnado:

"[...]

A meu ver, merece prosperar o pleito ministerial, pelos motivos que passo a expor.

A materialidade e autoria do ato infracional, restaram comprovadas pelo boletim de ocorrência (fls. 11), pelos termos de declaração (fls. 15/22), pelo auto de apreensão (fls. 62/62).

"[...]

Assim, embora tenha o Magistrado sustentado a ausência de provas necessárias a ensejar uma condenação, **fica inteiramente demonstrado pelo depoimento das testemunhas, que o representado W. U. DA S. praticou ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.**

Ainda, verifica-se do que o adolescente foi preso na companhia de seu irmão [...] onde estavam acondicionados os entorpecentes.

Ora, nessa vertente, evidenciado está que o representado Wanderson estava juntamente com [...] e [...], traficando drogas no momento de sua abordagem.

Desse modo, CONDENO W. U. DA S. pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.

No que tange à medida socioeducativa mais adequada, **entendo por aplicar a medida de prestação de serviços à comunidade**, conforme pleiteado pelo Parquet, pelo prazo de até 06 (seis) meses.

Digo isso **ante o fato de que o representado não possui histórico da prática de atos infracionais mediante emprego de ameaça e violência, sendo, portanto, a prestação de serviços à comunidade**, suficiente ao objetivo pedagógico buscado com a imposição de medidas socioeducativas.

"[...]" (e-STJ, fls. 19-21 – grifou-se).

Primeiramente, quanto ao pedido de improcedência da representação, cabe ressaltar que a convicção probatória do Tribunal *a quo* no julgamento da apelação não pode ser infirmada ante a ausência de flagrante ilegalidade ou abuso de poder.

In casu, o Tribunal de origem, no julgamento do recurso de apelação, após examinar os autos e todas as testemunhos e provas, concluiu que restaram suficientemente comprovadas a autoria e a materialidade do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Não se verifica, *primo oculi*, improcedência da representação. Concluir o contrário demandaria o revolvimento fático-probatório, providência incabível na via estreita do *habeas corpus*, dado o seu rito célere e cognição sumária.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO LIMINAR. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO *MANDAMUS*. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ÉDITO REPRESSIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.

2. A pretendida absolvição do paciente é questão que demanda aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via estreita do remédio constitucional, em razão do seu rito célere e desprovido de dilação probatória.

3. No processo penal brasileiro, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não se admitindo no âmbito do *habeas corpus* a reanálise dos motivos pelos quais a instância ordinária formou convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do acusado.

4. Nos crimes contra a dignidade sexual, em que geralmente não há testemunhas, a palavra da vítima possui especial relevância, não podendo ser desconsiderada, notadamente se está em consonância com os demais elementos de prova produzidos nos autos, exatamente como na espécie. Precedentes.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 421.179/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

In casu, não há qualquer ilegalidade ou teratologia, na decisão impugnada, apta a autorizar a concessão da ordem de ofício, porquanto até mesmo a aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade foi devidamente embasada nas circunstâncias pessoais do adolescente.

À vista do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator